

Caracterização marxiana da categoria trabalho: implicações na construção social e subjetiva

Marxian characterization of the category of work: implications for social and subjective construction

Iratan Bezerra de Sabóia
Universidade Federal do Ceará (UFC)
iratan@ufc.br

Resumo: O trabalho é categoria central da Psicologia Social do Trabalho, sendo Karl Marx seu principal referencial teórico. Essa área, entretanto, se afasta, *pari passu*, do conceito original. O artigo discute o conceito de trabalho em Marx, caracterizando essa categoria e debatendo-a em suas implicações sociais e subjetivas mediante uma revisão teórica. Com esse intento, recorre-se aos textos de Marx e Engels, em outros clássicos e em autores contemporâneos, para analisar a realidade objetiva à luz da teoria revisitada aqui. Nota-se que, para essa teoria, o homem é um produto e produtor da sociedade, e esta é resultado do modo de produção. Assim, tais pressupostos influenciam nos mecanismos que formam e dão suporte aos sujeitos. Entende-se que a Psicologia Social do Trabalho é a seara privilegiada de análise para esse fenômeno, uma vez que se compromete a examinar os processos de subjetivação na relação laboral.

Palavras-chave: Psicologia social do trabalho; trabalho; teoria marxiana.

Abstract: Work is a central category in the Social Psychology of Work, with Karl Marx as its main theoretical reference. However, this field gradually departs, *pari passu*, from the original concept. The article discusses Marx's concept of work, characterizing this category and debating its social and subjective implications through a theoretical review. To this end, Marx and Engels' texts, along with other classic and contemporary authors, are used to analyze objective reality in light of the theory revisited here. It is noted that, according to this theory, man is both a product and a producer of society, and society is the result of the mode of production. Thus, these assumptions influence the mechanisms that shape and support individuals. Social Psychology of Work is understood as a privileged field for analyzing this phenomenon, as it is committed to examining the processes of subjectivation within the labor.

Keywords: Social Psychology of Work; Work; Marxian Theory.¹

¹ 1 Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC Professor do Curso de Graduação em Psicologia e do Mestrado em Psicologia e Políticas Públicas da UFC – Campus Sobral. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4256908254336676> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3312-9954>. Contato: iratan@ufc.br

Recebido em 15 de fevereiro de 2024. Aceito em 08 de novembro de 2024.

Introdução

Obviamente, o trabalho é a categoria central da Psicologia Social do Trabalho e das Organizações, sendo o alicerce de seu objeto de estudo. A exegese e as repercuções desse conceito, entretanto, parecem ter sido relegadas a segundo plano ante as análises da realidade material de trabalho a que temos acesso – que, apesar de essenciais, ainda derivam desse conceito – tais como: as transformações no mundo do trabalho, as inserções das novas tecnologias e seus influxos, as novas configurações da classe trabalhadora, dentre outras.

Não estamos com isso afirmando que tais análises devam ser esquecidas, pelo contrário, apenas demarcamos uma posição (que consideramos importante) de que o rigor com a categoria central dessa área é complementar a tais análises e se constitui como a salvaguarda teórica de que precisamos, quando examinamos as novas morfologias do trabalho.

Assim expresso, propomos aqui um retorno aos textos de Marx e Engels, para que delimitemos, claramente, não apenas o conceito em si, mas também a principal repercussão dele para a área: seu papel na formação do sujeito e da sociedade.

Malgrado transitar por toda a obra de Marx, o conceito de trabalho é mais bem explorado em três ocasiões distintas: nos *Manuscritos Filosóficos-Econômicos*, de 1844; em *Contribuições à crítica da economia política*; e, principalmente, na Seção III, Capítulo 5, do Livro 1, de *O Capital*, onde é discutido pormenorizadamente o trabalho e ao qual nos dedicaremos com afinco. É nesse último onde encontramos não apenas o conceito em si, mas também uma ampla discussão sobre suas características e repercuções no sistema capitalista.

Assim, mostramos aqui, inicialmente, o estabelecimento da sociedade e do sujeito no entorno dos meios de produção, o que nos possibilita determinar a estrutura social e suas relações. De tal modo expresso, acreditamos que nos habilitamos a rever o conceito de trabalho, tal como nos oferecem Marx e Engels, e estabelecer suas principais características, apontando seu caráter universal e situacional. Tentamos, então, estabelecer o trabalho como fator primordial de fundação da própria humanidade e delimitar seu caráter antropológico e, principalmente, psicológico, o que justifica o posto de objeto privilegiado desta senda do conhecimento.

Trabalho feito alicerce e sociedade como fim: delimitação do conceito de trabalho

A afirmação a seguir enclausura toda a questão aqui proposta e, seguindo seu esteio, discutimos os meandros que interlaçam trabalho, sociedade e subjetividade. “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2016, p. 47).

O primeiro ponto a determinar é o que o autor entende por modo de produção. Esse conceito diz respeito às modalidades de produção, circulação e consumo de uma determinada sociedade. São expressas em relações (dinâmicas) sociais que reproduzem essas vinculações, de maneira a perpetuá-las, e que promovem as condições materiais de existência dessa dada sociedade (MARX, 2016). O modo de produção é composto pelas forças produtivas e as relações de produção, duas categorias que, postas em ação juntas, movem o motor produtivo dessa dada sociedade.

Uma vez que entendemos o conceito de modo de produção, percebemos que a citação de Marx está longe de subtrair a liberdade do sujeito ou caracterizá-lo como (re)produção fidedigna de certos elementos dados pela realidade. Se assim fosse, teríamos de concluir que todos os sujeitos de determinada época, local e circunstância seriam perfeitamente iguais, o que, obviamente, não é verdade. Ao contrário, o autor

explana nessa afirmação é que a maneira como exercemos as singularidades tem determinados limites, certos determinantes, que, se não criam uma produção em série de sujeitos, delimitam as suas possibilidades.

Essa teoria é amplamente aceita nas ciências sociais, e uma das formulações mais conhecidas nesse sentido é a de Durkheim (1978), que chamou de estados de consciência coletiva a necessária situação social dos elementos de uma determinada cultura compartilharem uma modalidade comum de pensamento. São aqui inclusos crenças, linguagem e signos, dentre outros. Essa formulação, que parece ser bastante intuitiva, se desenvolve em diversos outros aspectos das vidas individuais e coletivas.

O que está em questão para Marx é o fato de o esquadro onde o sujeito vai imprimir sua singularidade ser limitado, e esses limites são dados pelas condições materiais de existência. Assim, a tela onde o sujeito se desenha é a própria sociedade, e essa sociedade é caracterizada, e delimitada, pelos meios de produção.

É necessário destacar, neste passo, que, para Marx, os modos de produção conformam uma série de relações sociais estabelecidas no seio de determinada sociedade, que extrapolam e são independentes ao próprio sujeito. De modo generalista, na sociedade capitalista, não há o que se discutir quanto à forma de produção baseada na compra e venda de mercadorias, mediada pela moeda, com a finalidade da reprodução do capital por via da apropriação da força de trabalho de terceiros.

Está em jogo é o fato de essas relações serem independentes dos sujeitos em si, mas são passíveis, de maneira dialética, de passar por alterações, por parte das ações desses mesmos sujeitos, depois que esses foram inseridos na cultura. Dito de outro modo, “os homens fazem a história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2011b, p. 25).

Por mais que um pequeno grupo de sujeitos venha a subverter essa ordem de maneira pontual, isso não influencia a estrutura social como um todo, que não apenas permanece a mesma, como também continua a determinar os processos de subjetivação em seu interior e se relacionam, mesmo que indiretamente, com esses sujeitos que a negam.

Dialético como sua teoria, Marx, por óbvio, não ignora que o próprio homem também modifica a sociedade, ao reformular as modalidades de produção material às quais está submetido, pois, no terreno individual, a sociedade é imutável, mas é modificável no âmbito coletivo.

Se a subjetividade é em grande parte determinada pela consciência do sujeito (consciência de si, do outro, do mundo, do tempo etc.) já temos aqui a resposta a um dos objetivos deste texto: a produção material condiciona a formulação social e o ser social formula a consciência. Nessa rápida assertiva, já temos todos os elementos alinhados para estabelecer as relações que se pede: o trabalho (produção material) condiciona a formulação da estrutura e, consequentemente, as relações sociais (implicações sociais), e o conjunto dos fatores sociais condiciona a consciência do sujeito (implicações subjetivas). Expresso rápida e resumidamente, entretanto, a tese de que a formulação marxiana está correta não é comprovável. Para que isso seja feito, temos de decompor essa frase em partes menores e colocá-las no escrutínio da razão para analisar seus detalhes, as relações íntimas.

A primeira dificuldade que encontramos nesse percurso é delimitar a categoria trabalho. Assim como Elias (1998) classificou o tempo como uma categoria de síntese complexa, o trabalho também é uma categoria abarcada por inúmeras especialidades e conceitualizações, que ora convergem ou se utilizam uma das outras para complementar suas teorizações, ora divergem em seu entendimento (VATIN, 2002).

Psicologia, Sociologia, Filosofia, Administração, Economia e Física são exemplos de saberes que lidam e estudam o trabalho e que dele criam diversas subcategorias, tais como: trabalho vivo e morto, útil e inútil, concreto e abstrato, psíquico, psicomotor, dentre outros. Como bem esclarece Vatin (2002), todavia, o trabalho gerado pelo ser humano foi a base real para a formulação conceitual dos diversos conceitos, e que, mesmo que a palavra provenha de um instrumento, sua origem deriva uma técnica.

Isso é importante porque, para Marx (2011a, p. 326), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e **controla** seu metabolismo com a natureza” (grifo nosso). Aqui temos o conceito estrito de trabalho na teoria de Marx.

O autor evidencia, exatamente, uma certa técnica, uma maneira própria de relação com a natureza mediada por sua ação em seu entorno, de modo a transformá-la (controlar) em certa medida, a fim de atender suas necessidades. Ou, como ele mesmo destaca, “O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma” (MARX, 2011a, p. 326).

Aqui derivamos duas conclusões acerca do conceito de trabalho em Marx: 1) ele constitui uma técnica; e 2) conforma um elemento indissociável do ser humano, pois não existe uma condição de existência ao ser humano que dispense uma interação com a natureza a fim de provê-lo de condições de subsistência, de sorte que o trabalho é uma condição de existência, e, como veremos, humanização.

Engels (1976, p. 01) defende o argumento de que o trabalho é a “condição básica e fundamental [sic] de toda a vida humana [...] e [...] até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” ao criar as condições e relações que determinaram a criação da cultura. Aquilo que identificamos como humano e que está muito além da determinação biológica - linguagem, cultura, sentimentos, autoidentificação - são fruto do trabalho, de um tipo particular de ação direta do homem sobre a natureza.

Essa afirmação está calcada no fato de que é por via da transmissão intergeracional que o trabalho, como técnica, se perpetua e se aprimora no curso do tempo. Imaginemos que, sem a transmissão, até o elemento tecnológico mais simples, como o domínio do fogo, teria que ser redescoberto a cada geração. A transmissibilidade do conhecimento requer, no mínimo, uma estrutura social e linguística, mesmo que rudimentar.

Essa posição está claramente expressa, quando afirma que até mesmo nossa composição corporal foi alterada ao extenso das gerações, em função do trabalho:

Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas [...] (ENGELS, 1976, p. 03).

O autor defende esse ponto de vista, inicialmente, baseado no conceito marxiano de trabalho, e assevera a tese de que não há como o homem viver sem que tenha uma relação, um metabolismo, com a natureza. De tal modo, a ação do homem sobre a natureza já se constitui em trabalho, diferente da atividade que os animais exercem.

O que diferencia a atividade animal do trabalho humano reside nas características do trabalho, as quais destacamos na citação de Marx: **liberdade, intencionalidade e criatividade**. Retornemos ao conceito previamente apresentado: “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, **por sua própria ação, medeia, regula e controla** seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2011a, p. 326, grifo nosso). Essas três características estão imbricadas, pois o controle clama uma

intenção ao ato, e isso sobra evidente na afirmação do próprio autor, quando diz: “Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a **vontade orientada a um fim**” (MARX, 2011a, p. 327, grifo nosso). Isso já nos situa a intencionalidade como uma característica primária do trabalho. A ação que tem um resultado orientado para um fim determinado pressupõe uma intenção e um planejamento, consciente ou inconsciente.

O planejamento, por sua vez, aponta para uma ação criativa, ou seja, que não necessariamente se repete à extensão da história, a procura pela melhor finalidade, o melhor resultado, ou um resultado diferente daquele que já havia sido alcançado.

Descolado da imposição da natureza, que obriga o animal a repetir a mesma estratégia de atividade durante milênios, obtendo sempre o mesmo resultado, o homem emprega marca única em cada ato de intervenção que medeia essa relação. Tal sinete conduz a liberdade da desvinculação com o instinto (que obriga o animal a modificar o meio por sua simples presença), e a criatividade de demandar por outras modalidades de trabalho e delimitar sua singularidade nessa atividade (como discutimos na seção imediatamente posterior).

Consoante assinala o autor em duas passagens,

Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animalescas [*tierartig*], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo **separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que** o trabalho humano ainda **não se desvencilhou de sua forma instintiva**. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. (MARX, 2011a, p. 327, grifo nosso).

O uso e a **criação de meios de trabalho**, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é **uma característica específica do processo de trabalho humano**, razão pela qual Franklin define o homem como “*a toolmaking animal*”, um animal que faz ferramentas (MARX, 2011a, p. 329, grifo nosso).

É importante notar que Marx delimita a criação de meios de trabalho como uma característica unicamente humana, particularmente importante, porque a criação de outros meios de trabalho indica a criatividade implícita no processo, além de sinalizar para mudanças na produção e, consequentemente, no processo social. Mais que isso, como assinala Marx, o trabalho tem caráter antropológico:

Mas a existência do casaco, do linho e de cada elemento da riqueza material não fornecido pela natureza teve sempre de ser mediada por uma atividade produtiva especial, direcionada a um fim, que adapta matérias naturais específicas a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2011a, p. 167, grifo nosso).

Embora nos seja dado creditar certo ardil em algumas espécies animais que utilizam elementos naturais como **ferramentas**, tais como corvos e macacos, não observamos a perpetuação de outras modalidades de atividade, e a utilização dessas **ferramentas** é situacional e marginal (ENGELS, 1976).

De semelhante maneira, outros animais - como abelhas, formigas, aranhas, castores, que operam intrincadas atividades - ainda carecem de certas características que estão presentes no trabalho, entretanto, como destaca o autor:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. (MARX, 2011a, p. 327).

Quanto a nossa intenção inicial de delimitar a categoria trabalho e suas características principais, o autor arremata:

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. **O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas** por meio da modificação de sua forma. (MARX, 2011a, p. 330, grifo nosso).

Como se divisa, para Marx (2016), a resultante do trabalho é o produto, enquanto a característica principal do produto é seu valor de uso, cuja finalidade é o atendimento de uma necessidade humana. O valor de uso é discutido por ele no Capítulo 1 do **Capital**, onde o descreve como “a utilidade de uma coisa” (MARX, 2011a, p. 158), base material para o valor de troca, que por sua vez “aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo” (MARX, 2011a, p. 158).

O conceito de trabalho expresso até o momento é trans histórico, ou seja, é aplicável em qualquer sociedade e em qualquer tempo. Em todas as sociedades de que temos registro, o homem mediou sua relação com a natureza por meio do trabalho, e este resguardou as características até agora expressas.

Esse fato não quer dizer que o conceito, mais geral, não tome características singulares, quando adotado em determinada sociedade. Uma vez que consideramos o fato de que o modo de produção determina o ser social, é necessário admitir que o trabalho também é objeto de interferência.

Apesar de ser o mediador do metabolismo entre o homem e natureza na pré-história, no feudalismo e no capitalismo, o trabalho adquire características diversas, pois, no primeiro sistema, é caracterizado pelo coletivismo, no segundo, pelo sistema dominial da propriedade privada e, no último, pela propriedade privada dos meios de produção com venda da força de trabalho mediada pelo dinheiro. Essas características ditam uma organização real do trabalho (o modo como ele se expressa na realidade) de maneiras totalmente distintas umas das outras, mesmo que ainda resguardem as características gerais indicadas no início.

Assim, temos para essa primeira etapa de nosso objetivo o conceito de trabalho: “processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2011a, p. 326). E, ainda, as seguintes características dessa categoria: livre, criativo e intencional. Soma-se a isso o fato de ser uma atividade que se estabelece no contexto social tendo como resultado o produto, que tem a finalidade de satisfazer as necessidades humanas.

Trabalho feito alicerce e sociedade como fim: implicações sociais e subjetivas do conceito de trabalho

Acreditamos já restar demonstrada a ideação de que o trabalho é fator fundante de humanização, e, assim, da sociedade e da cultura. A relação dialética do trabalho com o modo de produção faz com que eles se formem e se modifiquem um ao outro de maneira recíproca.

Exprimido de outro modo, ao executar a primeira atividade capaz de ter sido considerada trabalho, o homem funda ao mesmo tempo um modo de produção, ou seja, uma cadeia de relações entre os membros daquele grupo que determinaram os modos e acessos às condições materiais de existência por intermédio da produção, e de uma dinâmica social que a reproduza.

Uma vez já havermos entendido que o modo de produção condiciona a vida social, e esta determina a consciência, percebemos que o trabalho se transforma em uma das pedras angulares desse processo. Isto porque as modalidades laborais e os modos de produção estão imbricados dialeticamente, e as modificações em um refletem as mudanças no outro.

Não se cogita aqui em determinar quem é causa ou efeito, mas entender que as maneiras de trabalho e os modos de produção se constituem em uma diáde que funciona por uma relação dialética. Isso se dá porque os trabalhadores e as relações de trabalho fazem parte das forças produtivas e das relações produtivas, de sorte que o trabalho (na figura daquele que o executa ou das relações que estabelece) é parte do próprio modo de produção, que, como vimos, determina o ser social.

Essa é uma parte fundamental da crítica que Marx (1993, p. 77) estabelece com o pensamento de Ricardo e Smith, pois, segundo ele, “a economia política analisa o trabalho abstratamente como uma coisa”, ao passo que, para ele, o trabalho é, antes de tudo, uma configuração de forças, uma série de relações sociais submetida a diversas forças que atuam antagonicamente para definir e redefinir essas relações.

Aqui está a chave, no nosso modo de ver, para o entendimento do maior alicerce sobre o trabalho para o contexto social: o modo de produção determina a infraestrutura e desta parte a superestrutura, que diz respeito, entre outras coisas, à ideologia de uma dada sociedade. Assim, o trabalho faz parte daquilo que alicerça as relações sociais.

Por esse motivo, a análise do trabalho transporta a análise da própria sociedade, seus valores, leis, organização etc. Como define o próprio autor:

A mesma importância que as relíquias de ossos têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações socioeconómicas extintas. **O que diferencia as épocas económicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”.** Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas **também indicam as condições sociais nas quais se trabalha** (MARX, 2011, p. 329-330, grifo nosso).

Em todas as épocas, após a Revolução Neolítica, a humanidade plantou, entretanto, a maneira como se planta ao largo da história é completamente diferente, assim como o são as sociedades em foco. Da plantação manual ao uso extensivo da automação agroindustrial, passando pelo arado animal, o produto é passível de ser o mesmo trigo, mas as relações sociais implicadas naquele grão que mais tarde irá virar pão são completamente diferentes, como bem nos lembra Engels (1985).

Assim, a teoria trans histórica do conceito amplo de trabalho toma cores específicas de cada momento histórico, sendo atualizado especificamente para uma dada situação real e material de análise. O conceito que se pretende universalizante não exclui, de nenhuma maneira, que ele tenha detalhes específicos que diferenciem as relações do capitalismo comercial com o modo de produção grego ou oriental.

Essa descrição converge para a própria história da atividade laboral em si, uma vez que, como aponta Donkin (2003), os povos mais antigos não detinham uma palavra que designava o trabalho como um conjunto de atividades. Não que eles não tivessem atividades que para o homem moderno não fossem associadas ao trabalho, mas apenas possuíam palavras que representavam atividades produtivas corriqueiras (caça, pesca, coleta, plantio) sem a conotação que temos hoje de uma atividade que unificasse sob seu guarda-chuva todas as outras (trabalho).

Por esse motivo, o trabalho é capaz de tomar conotações até paradoxais, a depender do contexto histórico, como o fato de, mesmo sendo uma atividade vital para o ser humano, o trabalho é suscetível de se constituir fonte de desprazer, pois, como nos lembra o próprio Adam Smith (1996), o trabalho é uma grandeza negativa, pois, ao discutir o valor-trabalho, acentua:

Quantidades iguais de trabalho devem ser, em todos os tempos e em todos os lugares, de um valor igual para o trabalhador. **No seu estado normal de saúde e de atividade, é sempre necessário que ele sacrifique a mesma porção o seu repouso, da sua liberdade, da sua felicidade** (SMITH, 1996, p. 102, grifo nosso).

Essa citação só tem correspondência com a realidade se pensarmos no trabalho hetero condicionado (em que os determinantes do trabalho são ditados pelo outro), numa lógica submetida à propriedade privada. O sacrifício de repouso, liberdade e felicidade em troca de uma remuneração só é verdadeiro sob essas condições, logo, o conceito universal de mediação do metabolismo homem-natureza, ainda válido, é aqui atualizado e torna-se histórica e socialmente contextual.

Assim, percebemos que não apenas o trabalho faz parte dos modos de produção que determinam o ser social, mas, além disso, está na base do “como se produz”, sendo esse o parâmetro de diferenciação entre as organizações sociais, ao compararmos as mudanças nele. Essas mudanças, por sua vez, pressupõem novas modalidades de se produzir, e estas dependem do elemento criatividade, discutido anteriormente, tornando-o indissociável das metamorfoses da própria sociedade.

Demais disso, as sociais mudanças mais radicais, aquelas que incidem nos modos de produção, sucedem pela tensão entre forças produtivas e relações de produção, elementos que, como vimos, tem o trabalho como seu componente primário.

Esse quadro é perfeitamente tangível na passagem do feudalismo para o capitalismo, quando a tensão dessas forças, pressionada, principalmente, pela intensificação do comércio e a ascensão do poder de uma classe social específica, que demandava novas maneiras de produção, fez eclodir um novo sistema. Posteriormente, esse sistema necessitou da reconfiguração das relações de produção com a expropriação dos meios de produção, a massificação do assalariamento, a primazia da mediação do dinheiro nas relações comerciais, dentre outros. Estes são fatores que só foram possíveis por estarem assentados na acumulação primitiva do capital com suporte em elementos como cercamentos, colonizações e escravização (MARX, 2011a).

O fechamento desse contexto é coroado com a necessária mudança social/ideológica da ética do trabalho e da positivação da prosperidade para a qual a mudança de confissão religiosa foi necessária. Assim, vimos nascer o Protestantismo e, posteriormente, a Contrarreforma, que assimilou parte de seus valores no ideário católico, requisito indispensável para a mudança subjetiva de que o capitalismo necessitaria, como bem demonstra Weber (2003).

Por que isso é importante? O fato é que o novo sistema nascente depende de alta produção de bens, sua circulação e comercialização; e não é possível ter produção e consumo sem o fator trabalho, porquanto ele é que produz a mercadoria. Para que isso seja socialmente possível, essa atividade tem que ser necessariamente positiva, algo considerado um valor, alguma coisa boa.

A história demonstra – disso somos sabedores – que, após a instituição da propriedade privada, o trabalho sempre foi associado a uma penalização do sujeito, com algumas variações históricas, como nos mostra Antunes (2005), entre outros. Essa visão negativa da atividade laboral precisava ser alterada para que o sistema capitalista vingasse, uma vez que ele depende do excedente de trabalho para a reprodução do capital, sendo aqui que a ética do trabalho precisa ser inserida, no contexto social e subjetivo, para vencer o tradicionalismo (WEBER, 2003).

Ao associar o discurso protestante a uma ética do trabalho, baseado em passagens bíblicas, Lutero e Calvin abrem caminho para um enlace significante, absolutamente essencial, para o desenvolvimento do capitalismo. Para que isso fosse possível, um mecanismo - que Lacan (1999) chama de deslizamento significante - entrou em jogo na associação do trabalho com Deus por intermédio do discurso protestante, que perfaz o seguinte esquema:

O bem é Deus; logo, Deus não pratica o mal.
 Deus não pratica o mal e trabalhou; logo, o trabalho é bom.
 O trabalho é bom e a riqueza vem do trabalho; logo, a riqueza é boa.

Ou expresso de outro jeito:

$$\frac{\text{Deus}}{\text{bem}} = \frac{\text{trabalho}}{\text{Deus}}, \text{logo}, \frac{\text{trabalho}}{\text{bem}}$$

$$\frac{\text{trabalho}}{\text{bem}} = \frac{\text{riqueza}}{\text{trabalho}}, \text{logo}, \frac{\text{riqueza}}{\text{bem}}$$

Conforme se divisa nesse exemplo histórico, toda uma concepção social é alterada em favor de um novo modo de produção. É a infraestrutura definindo a superestrutura, o modo de produção determinando o ser social, como visto anteriormente.

Antevemos, claramente, os influxos subjetivos que essa mudança vai acarretar. Antes, entretanto, de ingressar nesse ponto específico, devemos dar alguns passos atrás e verificar o que na literatura marxiana somos habilitados a encontrar sobre as repercuções subjetivas do conceito de trabalho exprimido até aqui, e só então verificar em autores posteriores como isso se exprime.

Marx (2011a, p. 327) aponta que, “além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim”; essa vontade, como já vimos, vem associada a outras características, entre elas a criatividade. Quando consideramos esses dois elementos (intenção e criatividade), estamos apontando para características subjetivas, individuais, singulares a cada pessoa.

Isso faz com que o ato envolvido se exprima na realidade com uma marca subjetiva de quem o efetuou. Essa premissa, levada ao seu extremo, se prova quando conseguimos identificar o autor de uma obra que não conhecíamos apenas pelo fato de reconhecer o estilo do criador. Por esse motivo, o trabalho, feito categoria geral, congrega em si elevada identificação do sujeito com o produto de sua atividade.

Marx (2011a) estende esse entendimento sobre o sujeito, ao acentuar que

Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (p. 327, grifo nosso).

A íntima relação entre o autor e a obra assenta, exatamente, nessa impressão única que é a subjetividade, como um planejamento que já antecipa o resultado (intenção do ato) e na criatividade que imprime essa marca individual. A relação produtor-produto, iniciada ainda na ideação do trabalho, se materializa em realidade objetiva quando este vem ao mundo, respondendo a uma necessidade concreta que aquele sujeito visa, antecipadamente, suprir com a mobilização de suas forças físicas e intelectuais.

O autor prossegue aprofundando o tema:

Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2011a, p. 327, grifo nosso).

Remansa evidente o fato de que, para Marx, o ato laboral modifica o próprio sujeito. Consideramos que, independentemente de isso decorrer de um acréscimo de habilidade, a satisfação da ação ou novas formulações que vão acontecendo durante o processo, o trabalhador que inicia a ação não é o mesmo que

a termina. Um desses motivos reside na possibilidade de dar concretude a uma ideia pela via de esforços próprios que dependem de sua vontade orientada para um fim. Ou, como expõe o Karl Marx,

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, **um resultado que já existia idealmente** (MARX, 2011a, p. 327, grifo nosso).

[...]

O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. **O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado** (MARX, 2011a, p. 330, grifo nosso).

O trabalho é uma ação subjetiva de intencionalidade e criatividade, como já explanamos. Assim, ao imaginar o fruto do trabalho, o que se faz é subjetivar um produto que ainda não existe por intermédio do processo criativo, que, no primeiro movimento, é puramente subjetivo, e onde o objeto é apenas parte dessa subjetividade.

Essa ideação transita pela feitura que tem como finalidade materializar a ideia do primeiro movimento e traz à concretude aquela ideação, agora no segundo movimento, quando “submete o jogo de suas forças ao seu próprio domínio” (MARX, 2011a, p. 327), sob forma objetiva daquela ideia de que até então só existia em sua subjetividade. O produto finalizado, a subjetividade materializada em produto, retorna ao trabalhador no formato de impressões sensoriais que o fazem subjetivar o produto agora finalizado e na sociedade pelo seu valor de uso, modificando seu criador por se relacionar com sua obra real, e não mais imaginária. Assim, válido é expressar a noção de que **o trabalho é a subjetivação do objeto, e a objetificação da subjetividade**.

Essa afirmação torna-se ainda mais real quando consideramos que os influxos do produto não terminam na subjetivação dele quando concluído. O produto, também, modifica a sociedade, uma vez que ele mesmo é um produto da cultura e para ela se direciona, já que sua função é atender uma necessidade humana.

Os frutos do trabalho são assimilados coletivamente, e, quando isso acontece, saem da esfera individual e passam a ser apropriados pelo coletivo. Mudando a maneira de nos relacionar, de enxergar o mundo e mesmo de produzir o trabalho, os exemplos são os mais diversos: agricultura, máquina a vapor, energia elétrica, internet. Cada um deles mudou radicalmente o mundo e a nós mesmos como sujeitos e feitos sociedade.

Ao mudar a sociedade, os efeitos do trabalho retornam ao sujeito, alterando-o, individualmente, fechando, assim, uma espiral onde criador e criatura vão dialeticamente se modificando no curso da história, tanto no âmbito individual, como no coletivo.

Isso se dá, ao considerarmos, pois, a subjetivação como a “maneira como cada sujeito se relaciona com o conjunto de verdades próprias de sua época, como ele experiência o conjunto de regras que define cada sociedade” (NARDI, 2006, p. 24). Percebemos, desde então, que o trabalho modifica esse conjunto de regras e verdades e, por isso, é elemento de influência nos processos de subjetivação em um nível macro.

Analisemos os elementos que temos até agora, para, com eles, formar uma síntese final.

Consoante exposto, o modo de produção compõe a infraestrutura que determina a superestrutura, esta composta por leis, ideologias, cultura e religião. No caso analisado da passagem do feudalismo para o capitalismo, percebemos que a necessidade do novo modo de produção pressiona a sociedade para uma mudança das relações sociais, de modo que suportem essa modalidade de produção nascente - sendo o discurso religioso um poderoso meio para isso.

Ao mudar o discurso religioso vigente, os valores, os ritos, os objetos de desejo alteram-se na mesma medida, pois a própria visão sobre a atividade laboral é metamorfoseada de algo negativo para uma confissão da fé e demonstrativo das benesses divinas por via da prosperidade.

O usufruto da riqueza, tão almejado em sociedades anteriores e explanado por autores como Veblen (2004), tornam-se desejo de acumulação de riqueza e ética do trabalho (WEBER, 2003). Uma vez positivado, o próprio trabalho passa a ser uma questão moral, como bem aponta Weber (2003), porquanto labutar não é mais penitência, mas motivo de orgulho, pois o substantivo trabalhador torna-se adjetivo no seio dessa sociedade.

Esses novos valores orientam a formação psicológica, uma vez que se convertem em um discurso social de verdade, um conjunto de regras postas aos sujeitos que antecedem seus nascimentos. Eles se tornam a própria baliza dos processos de subjetivação. A imagem do bom homem passa a ser daquele produtivo, responsável com o labor, o trabalhador, porque o trabalho é, agora, a atividade central da sociedade (ANTUNES, 2005; BARRYCCOA, 2005; MUNNÈ, 1990).

Mudanças no mundo do trabalho, como a alta intensificação laborativa, a precarização e a flexibilização só hão de ser pensadas com amparo nesses elementos até aqui expostos, como bem apontam Dal Rosso (2008), Sennett (2012) e Castel (2003). O trabalho se torna o centro da sociedade capitalista, converte-se em questão moral. Expropriado dos meios de produção, resta ao trabalhador vender sua força laboral ao capitalista, submetendo-se a condições alheias a sua vontade, para que consiga as condições materiais de existência (MARX, 2011a; HARVEY, 2016; HARVEY, 2009; THOMPSON, 2012).

Como apontam Thompson (2012) e Hobsbawm (2016a; 2016b), os desenhos urbanos foram modificados e as estruturas familiar e educacional passaram a atender a nova demanda de trabalhadores especializados, principalmente após a Revolução Industrial. Impende destacar-se que o próprio sistema educacional propaga a ideologia do sistema de produção, uma vez que prepara o vindouro cidadão com base nos discursos de verdade, já mencionados. De tal modo, o educando fixa seu conhecimento em temas úteis à reprodução do próprio meio de produção, qual seja, se tornar futuramente um trabalhador.

Conforme meridianamente perceptível, o modo de produção, do qual o trabalho é um dos elementos constitutivos, condiciona a sociedade para a seu funcionamento e manutenção. Para isso ocorrer, altera os discursos de verdade que determinam os valores socialmente aceitos e esses moldam os sujeitos mediante as instituições sociais. Esses sujeitos realimentam o sistema e reforçam, por intermédio da sua atuação (trabalho), os componentes do modo de produção (forças produtivas e relações de produção), que se reestabelecem a cada interação social vivida no formato de trocas socialmente estabelecidas e que, em sua forma, independem da sua vontade. Encerra-se, com efeito, o ciclo dialético de formação social do sujeito e formação da sociedade por meio do modo de produção.

Por que a Psicologia Social do Trabalho?

Retornamos à frase de Marx, na qual o autor afirma que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2016, p. 47). Lobriga-se, mais uma vez, que ela encerra em si a resposta para a proposição deste texto.

Entendendo que a maneira de produção da vida material é o trabalho, que ele é a atividade de mediação do metabolismo do homem com a natureza, e que, por meio dela, ele modifica sua realidade externa e a si mesmo em um processo que subjetiva o objeto e objetiva a subjetividade, concluímos expressando

a importância de uma área como a Psicologia Social do Trabalho para a compreensão desse fenômeno nodal na nossa sociedade.

O sujeito é o cerne de entendimento desse processo, pois ele é o nexo de protagonismo do processo de trabalho, seja pela via da ação, do ato de trabalhar em si, ou por suas relações estabelecidas no âmbito e em torno de suas atividades produtivas. Os mecanismos de coerção e formação do sujeito só são identificados, denunciados e mudados com suporte nas experiências e discursos desses próprios trabalhadores.

Marx (1993) já expunha o caráter desumanizante do trabalho como a separação homem-produto, a falta de significação do ato laboral e de seu resultado, daí não só sua subjugação como seu adoecimento. Assim, se refere ao trabalho estranhado:

Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser estranho, como uma força independente do produtor. O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma objetificação do trabalho. A execução do trabalho é simultaneamente sua objetificação. A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação como alienação (MARX, 1993, p. 113).

Uma vez que a Psicologia Social do Trabalho se compromete a estudar os processos de subjetivação inerentes à atividade laboral, ela se posiciona no lugar privilegiado de análise individual e coletiva que, iniciada nos processos de trabalho, se expande para todas as outras esferas da vida, já que elas compõem o tecido social, e este é tecido pelos fios dos modos de produção. O quadro ainda mais emblemático na contemporaneidade, quando o trabalho é a categoria central das relações.

Como bem lembra Federici (2023), o capitalismo cooptou os corpos na medida em que os dociliza para a produção, pois esse processo não nasce sem que uma subjetividade condizente seja capaz de emergir. Nesse contexto, searas científicas como Administração, Economia, Finanças, Educação e Psicologia da Indústria serviram de esteio para uma subjetivação que servisse ao sistema de produção capitalista, como se enxerga em Kopes (1996), Katz e Kahn (1987) e Schein (1982), ao relatarem as práticas da Psicologia da Indústria e Organizacional e seu alinhamento com o capitalismo.

De acordo com o que, coerentemente, aponta Silva (2004), a Psicologia Social do Trabalho assume um papel crítico sobre as condições que criam e sustentam essa subjetividade. Lastreada na Psicologia Social europeia, na Filosofia marxiana e na Sociologia do Trabalho, muda o objeto de estudo da então Psicologia da Indústria e da Psicologia Organizacional e lança uma visão no trabalho como um fenômeno de fundo e repercussões psicológicas e sociais.

É nesse campo que a análise e a intervenção devem ser realizadas, porquanto, o mundo do trabalho se estende para muito além das leis e da economia, indo para a educação, saúde, família e fruição do tempo. E, sem um pensamento sistêmico e que dá voz ao trabalhador, as condições reais de trabalho nunca poderão ser efetivamente transformadas.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. L. 2005. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- BARRYCCOA, J. 2005 *El tiempo muerto: tribalismo, civilización y neotribalismo em la construcción cultural del tiempo*. Barcelona: Ediciones Scire,
- CASTEL, R. 2003. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4. ed. Petrópolis: Vozes.
- DAL ROSSO, S. 2008. *Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo.
- DONKIN, R. 2003. *Sangue, suor & lágrimas: a evolução do trabalho*. São Paulo: M. Books do Brasil.
- DURKHEIM, E. 1978. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural.
- DURKHEIM, E. 1978. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural.
- ELIAS, N. 1998. *Sobre o tempo*. São Paulo: Cia das Letras.
- ENGELS, F. 1976. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, [Online]. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/sobre-o-papel-do-trabalho-na-transformacao-do.pdf>>: acesso [05 de março de 2023].
- ENGELS, F. 1985. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global.
- FEDERICI, S. 2023. *Além da pele*. São Paulo: Editora Elefante.
- HARVEY, D. 2016. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- HAYEK, F. A. 2009. *O caminho da servidão*. Lisboa: Edições 70.
- HOBSBAWM, E. 2016a. J. *A era das revoluções, 1789-1848*. 25. ed. São Paulo: Paz & Terra.
- HOBSBAWM, E. 2016b. *A era do capital, 1848-1875*. 25. ed. São Paulo: Paz & Terra.
- KATZ, D.; KANH, R. L. *Psicologia social das organizações*. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- KOPES, L. L. 1996. *A Brief History of the Society for Industrial and Organizational Psychology, Inc.* – A Division of the APA. American Psychology Association. Disponível em: <<https://www.siop.org/About-SIOP/SIOP-Museum/Koppes-History>>: acesso [05 de março de 2023].
- LACAN, J. 1999. *O Seminário, As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, v. Livro 5.
- MARX, K. 1993. *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. Lisboa: Edições 70.
- MARX, K. 2011a. *O Capital: crítica da economia política*. 24. ed. São Paulo: Boitempo, v. Livro 1.
- MARX, K. 2011b. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. 2016. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo : Martins Fontes.

- MUNNÈ, F. 1990. *Psicosociología del tiempo libre: um enfoque critico*. Mexico: Trillas.
- NARDI, H. C. 2006. Ética, trabalho e subjetividade. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- SENNETT, R. 2012. *A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Best Bolso.
- SCHEIN, E. 1982. *Psicologia organizacional*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall.
- SILVA, M. F. S. 2004. A Psicologia Social e a Psicologia (Social) do Trabalho. In SILVA, M. F. S.; AQUINO, C. A. B. *Psicologia Social: desdobramentos e aplicações*. São Paulo: Escrituras.
- SMITH, A. 1996..*A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultura, Livro 1.
- THOMPSON, E. P. 2012. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 3: a força dos trabalhadores.
- VATIN, F. 2002. *Epistemología e sociología del trabajo*. São Paulo: Instituto Piaget.
- VEBLEN, T. 2004. *Teoría de la clase ociosa*. Madri: Alianza Editorial.
- WEBER, M. 2003. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Pioneira.